Art. 10.º Os ocupantes das aeronaves militares estrangeiras que pretendam desembarcar cumprirão as disposições aduaneiras, sanitárias e de imigração em vigor.

Art. 11.º As infracções às disposições deste Regulamento ou às normas de direito internacional serão notificadas directa e imediatamente ao comandante responsável e,

quando julgado conveniente, serão comunicadas às autoridades portuguesas.

O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

Anexo a que se refere a alínea g) do artigo 5.º

Datas	Origem e hora estimada da partida.	Ponto e hora estimada de entrada em território nacional.	Escalas em território nacional. Horas estimadas da chegada e partida.	Ponto e hora estimada de saída do território nacional.	Destino seguinte
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)

O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 420/72

de 1 de Agosto

Decreto-Lei n.º 268/72

de 1 de Agosto

A elaboração do Regulamento Provisório do Exame de Aptidão para Revisor Oficial de Contas, a publicar nos termos da alínea b) do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro, revelou a necessidade de providenciar sobre a responsabilidade pelos encargos previstos no n.º 2 do artigo 10.º e no n.º 4 do artigo 12.º do mesmo diploma, enquanto não for constituída a Câmara dos Revisores, de harmonia com o seu artigo 111.º

E mostrou-se conveniente, à semelhança do que sucede noutros países, exigir uma propina aos candidatos ao aludido exame de aptidão.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os candidatos ao exame de aptidão para revisor oficial de contas ficam sujeitos ao pagamento de uma propina de admissão, cujo quantitativo será fixado pelos Ministros da Justiça e das Finanças no regulamento previsto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro.

2. A propina prevista no número anterior constitui receita da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas.

Art. 2.º — 1. Enquanto não estiver constituída a Câmara dos Revisores, as quantias das propinas serão destinadas ao pagamento dos encargos a que se referem o n.º 2 do artigo 10.º e o n.º 4 do artigo 12.º do diploma mencionado no n.º 1 do artigo anterior.

2. No orçamento do Ministério da Justiça serão inscritas as verbas necessárias à satisfação dos encargos referidos no número anterior, sujeitas a reembolso até ao valor total das propinas depositadas.

3. Se à data da constituição da Câmara dos Revisores existir saldo das quantias das propinas até então recebidas, ser-lhe-á o mesmo entregue, como receita.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Mário Júlio Brito de Almeida Costa* — *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 20 de Julho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, **AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ**.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Justiça e das Finanças, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro, aprovar o regulamento e o programa provisório do exame de aptidão para revisor oficial de contas, que vão publicados em anexos à presente portaria e que deverão observar-se até à aprovação do regulamento e programa definitivos, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do referido diploma.

Ministérios da Justiça e das Finanças, 6 de Julho de 1972. — O Ministro da Justiça, *Mário Júlio Brito de Almeida Costa*. — O Ministro das Finanças, *João Augusto Dias Rosas*.

Anexo I à Portaria n.º 420/72

Regulamento Provisório do Exame de Aptidão para Revisor Oficial de Contas

ARTIGO 1.º

(Abertura do exame)

1. O exame será aberto, mediante despacho do Ministro da Justiça, por aviso publicado no *Diário do Governo*, que deverá indicar:

- As habilitações legalmente exigidas;
- O prazo para a apresentação dos requerimentos e o tribunal onde a mesma deverá ser feita;
- Os documentos a apresentar com os requerimentos.

2. O prazo a que se refere a alínea b) do número anterior conta-se da publicação do aviso e não poderá ser inferior a trinta dias.

ARTIGO 2.º

(Propina para o exame)

1. Cada candidato deverá depositar na Caixa Geral de Depósitos, por meio de guia em duplicado, à ordem do secretário-geral do Ministério da Justiça, a importância de 500\$, como propina para admissão ao exame.

2. O duplicado da guia de depósito deverá ser junto ao requerimento de admissão.